



## ATA REUNIÃO DO CONGRESSO TECNICO 2023

Aos (14) quatorze dias do mês (11) novembro do ano de (2022) dois mil e vinte e dois, às nove horas e vinte e três minutos (09:23h), no município de Belém, Estado do Pará, no Hotel Grand Mercure, localizado na Av. Nazaré, reuniram-se em assembleia geral para o Congresso Técnico do Campeonato Paraense 2023, os representantes dos clubes classificados para o certame. O Presidente da FPF - Federação Paraense de Futebol, Ricardo Augusto Lobo Gluck Paul, juntamente com os Diretores que assinam a lista de presença, iniciou os trabalhos dando as boas-vindas aos presentes e colocou a importância de estar com o regulamento todo organizado e reformulado para não ter problemas posteriores. Todos os representantes receberam o regulamento com antecedência, possibilitando assim a leitura prévia para, caso necessário, pudessem realizar as correções necessárias e/ou apresentar propostas. Foi estabelecido que, todas as vezes que um item for votado, o mesmo não será retomado. O Diretor Jurídico deixou registrado, neste momento, que o representante do São Francisco não é o Presidente do Clube, porém, o documento para legitimar a participação como representante do referido Clube foi protocolado na Federação. Iniciou-se pelo Capítulo 1 (Da Denominação e Participação). O presidente do Clube do Remo, Fábio Bentes, perguntou se o plano da logística já estava definido. O Presidente da FPF explicou que ainda não conseguiu reunir com o BANPARÁ, apenas com a FUNTELPA que, por sua vez, já repassou essas informações sendo que o contrato é igual ao do ano passado em relação aos valores. O Presidente ainda pontuou que o contrato precisa ser reajustado, já que defasado em relação ao ano de 2019, sendo que o Presidente da FUNTELPA explicou que devido a questão eleitoral, não foi possível ajustar em 2022, mas, para o Campeonato de 2024, será possível reajustar em 2023. Em relação ao BANPARÁ a FPF buscará o reajuste. A FUNTELPA fará as transmissões em TV aberta e se buscará ter a transmissão no streaming dividida. O Capítulo 2 (Forma de Disputa). O Diretor de Competições solicitou que todos falem ao microfone para que as pessoas que estão online possam está acompanhando e escutando o que é falado. Presidente do Clube do Remo comentou sobre o erro da data que está no Regulamento, que aparece dia 14 de janeiro de 2023 para o sorteio, e que precisa ser feito o ajuste para a data correta. O Presidente da FPF, comentou sobre o Artigo 8º que prevê as cabeças de chaves Clube do Remo, Paysandu Sport Clube e Tuna Luso Brasileira. Continuado a análise do Artigo 8, §1º, se ressaltou que caso algum dos clubes cabeças de chaves não obtenham o critério técnico para participar do Campeonato Paraense de Futebol 2024 assumirá o posto o clube de melhor campanha. O Diretor Jurídico informou que caso não haja manifestação de nenhum Clube o tema será dado como aceito. O Presidente do Caeté, Rodrigo Barata, participando de forma online, parabenizou o formato de reunião e propôs que as cabeças de chave fossem os três primeiros colocados. O Presidente da FPF, defendeu a redação proposta. O Presidente do Caeté ponderou o desequilíbrio financeiro entre as equipes e que o momento é para começar a construir uma relação mais igualitária. O Presidente da FPF sustentou a existência de duas propostas, a da redação original e a do Presidente do Caeté. O Presidente do Clube do Remo, ponderou que caso caíssem Paysandu e Remo no mesmo grupo, isso seria ruim para o Campeonato. O presidente do Tapajós, Sandeclei Monte, participando de forma online,



sustentou não haver problema nenhum em Remo e Paysandu serem cabeças e sugeriu que a terceira cabeça de chave fosse o 3º colocado do Campeonato anterior e aproveita para parabenizar a Federação pela forma que estava ocorrendo a reunião. Assim, foram colocadas em votação três propostas: (i) a da redação original; (ii) a proposta do Presidente do Caeté e (iii) a do Presidente do Tapajós, tendo sido escolhida a terceira proposta, ou seja, serão cabeças de chave o Clubes do Remo, Paysandu e o 3º colocado do Campeonato anterior. Quanto ao Capítulo III (Dos Critérios de Desempenho), o Presidente da FPF sustentou que era preciso definir o critério de desempate para classificação geral e melhor campanha. A melhor campanha será aquela que obtiver o maior número de pontos acumulados, devendo ficar bem claro quem serão os dozes colocados, sem haver dúvidas quanto as posições. O Artigo 26, de A a F, foi lido pelo Presidente da FPF. O Presidente do Independente, fez observação quanto a classificação. O Diretor Jurídico ponderou sobre a importância desse item para definição dos classificados para Série D, Copa Verde e Copa do Brasil. O Presidente da FPF, deu como aprovado o Capítulo 3. Em seguida se iniciou a análise do Capítulo 4 (Condição de Jogo). Os debates preliminares foram sobre preço de inscrição de atletas, entendimento do recolhimento dos impostos e taxas. Foi lido o Artigo 29. O Presidente do Clube do Remo perguntou sobre o retorno do expediente da CBF em janeiro. O Diretor de Competições informou que em 2023 será diferente dos outros anos, quando havia férias coletiva. O Presidente do Águia de Marabá comentou sobre o prazo de inscrições. Ressaltou que os Clubes estão tendo problemas na Justiça Desportiva, pois não está ocorrendo a devolutiva sobre a regularidade dos atletas. O Presidente da FPF concordou com a ponderação e sugeriu que se limitasse as inscrições a, por exemplo, 50 atletas por equipe, pois, assim, não sobrecarregaria o TJD/PA, dando tempo para as respostas. O Diretor Jurídico falou sobre a questão, pontuando que os Clubes contratam em cima da hora e que o TJD/PA é independente da FPF e, por isso, o pedido deve ser feito com antecedência. O Presidente do Independente ressaltou a importância da devolutiva para saber se o atleta está apto a jogar. Falou que sempre envia antecipadamente a solicitação sobre a situação dos atletas, mas, não tem resposta. Solicitou, em seguida, uma forma para tentar resolver essa questão e ter uma competição limpa. O Presidente do Clube do Remo, reforçou que o TJD/PA é independente, mas, que a FPF pode negociar um prazo para que os Clubes recebam essa informação, junto com o presidente do TJD/PA e lamentou que o mesmo não esteja presente na reunião. O Presidente do Águia de Marabá sustentou que acredita que não há interesse dos Clubes irem para o tribunal. Assegurou que encaminhou Ofícios, que os reiterou, mas, nunca obteve resposta. Disse que, inclusive, ameaçou de não entrar em campo para poder ter uma resposta. O Diretor Jurídico destacou que houve recente mudança na Presidência do TJD/PA e que, agora, Presidente é o Dr. Jeff Launder. Sustentou ainda que, em virtude da grande demanda junto ao TJD/PA, a FPF formalizou contrato com o CIEE para que o Tribunal possa contar com estagiários que, inclusive, já iniciam nessa semana. Por fim, destacou a importância de os Clubes possuírem suas respectivas assessorias jurídicas. O Presidente da FPF deu continuidade na leitura dos parágrafos 2º e 3º. Destacou que, pelo inciso B do *caput* do artigo 29, os atletas precisam ser inscritos no Campeonato no Sistema Gestão WEB, logo não basta só estar com o nome no BID. O Diretor Jurídico explicou sobre a data limite para que o nome do atleta conste no BID em cada rodada. Retomada a leitura, foi destacado que o parágrafo 4º, incisos A e B, permite a inscrição de quantos atletas da base quiserem, desde que vinculado ao Clube a, no mínimo 12 meses. O Presidente do Águia de Marabá sustentou que 12 meses é muito tempo e que poderia ser



menor. O Presidente do Clube do Remo concordou, mas, defendeu que precisa ser definido um tempo mínimo, propondo que o prazo seja de 3 meses. Instados pelo Presidente da FPF, os Clubes presentes concordaram com a diminuição do prazo para 3 meses. Quanto ao parágrafo 5º, o Presidente da FPF pondera sobre a importância de se entender essa data, pois deve ser considerado o início geral da referida fase e não a partida de estreia de cada clube na fase. O Presidente do Clube do Remo, ponderou sobre o parágrafo 6º, ainda do Artigo 29, e a necessidade de se manter como marco final de inscrição o início das quartas de final. Sobre o parágrafo 7º, foi debatida a necessidade de se escolher a melhor alternativa. O Presidente do Clube do Remo comentou que entende tal necessidade, mas, que gostaria de colocar um limite de data, calendário e período. O Presidente da FPF falou que é importante refletir de se colocar a hipótese de encerrar o Campeonato em casos de paralizações prolongadas, em especial pelas dificuldades financeiras impostas aos Clubes nesses casos. O Diretor Jurídico, corroborando com a fala do Presidente, destaca que, pela Legislação, em caso de desistência do Clube disputar o Campeonato, o mesmo ficará 2 anos suspensos de todas as competições. O Presidente do Clube do Remo, sustenta que o Estatuto da FPF é nossa Constituição. Continuando os debates, o Diretor de Competições expôs que, pelo Artigo 33, o atleta poderá jogar três vezes e migrar para outra equipe. O Presidente do Castanhal defendeu que quando o atleta assina contrato, realmente firma com o Clube para ter uma dedicação exclusiva e propôs que não haja a possibilidade de um atleta trocar de Clube. O Presidente da FPF pergunta para os Presidentes que estão participante de forma online se eles querem se posicionar. Não houve nenhuma manifestação. Ficou definido que não haverá a possibilidade de um atleta, uma vez inscrito no Gestão WEB, trocar de clube. Foi proposto e aceito um intervalo de dez minutos.

O retorno dos trabalhos ocorreu às onze horas e quatorze minutos. O Presidente da FPF deu continuidade a leitura do regulamento, sendo destacado que na hora da partida todos os profissionais precisam apresentar a carteira de identificação e que todos os Clubes precisam ter seu próprio médico. O Presidente do Clube do Remo afirmou que o médico do Clube pode atender os dois disputantes, contudo, não aceitará que seu Clube fique descoberto em campo no caso da necessidade de o médico precisar acompanhar um atleta até o hospital, mas, também pode indicar médicos se precisarem. O Diretor Jurídico deu ênfase na necessidade de os dois Clubes contarem com médicos distintos na partida. O Presidente do Independente questionou sobre o que aconteceria se um Clube não apresentar médico. O Diretor Jurídico informou que seria dado o W.O. e a súmula encaminhado para o TJD. O Presidente do Itupiranga perguntou se não poderia ser um médico por jogo e um fisioterapeuta para suporte. O Presidente da FPF ressaltou que se trata de um Campeonato Série A, e isso seria rebaixar muito a competição e que, se for imposição legal, não seria possível mudar tal obrigação. O Presidente do Águia de Marabá ponderou que existem localidades que são complicadas para contratar médicos. O Presidente do Castanhal sugeriu que se entrasse em contato com o Clube da cidade para que o mesmo ajudasse na contratação de um médico local. O Presidente do Remo sustentou que entende os custos, mas, que se trata da saúde de atletas, que isso é uma “economia” que pode resultar em um prejuízo gigante. O Presidente do Castanhal enfatizou que o certo é que cada Clube tenha seu próprio médico. O Presidente do Tapajós, pontuou a dificuldade de encontrar médico quando não está na sua sede e solicitou que se consultasse a legislação quanto a possibilidade de ter um enfermeiro quando não for possível contar com um médico. O Diretor Jurídico leu trechos da lei que obriga a atuação de um médico por Clube e, que, caso



não se proceda dessa forma, os Presidentes poderão ser punidos. Presidente da FPF, pela relevância do tema e para que não se atrase outras deliberações, decidiu que a questão ficará pendente até uma análise mais acurada e, ainda, ressaltou a importância da presença de ambulância, pois, sem ela, as partidas não serão iniciadas. O Diretor Jurídico informou sobre a criação do Comitê Médico na FPF. O Presidente da FPF ponderou que compreende a situação, até porque é ex-Presidente de Clube, mas, que é necessário, nesse momento, entender a importância que deve ser dada a principal competição do estado e recomendou as palestras que acontecerão na parte da tarde. O Presidente da FPF, ainda, lembrou, que na época da campanha, a temática era resgatar a imagem do Campeonato e que gostaria de chamar atenção para a Série B e os problemas enfrentados e que isso só vai melhorar quando a FPF for mais rigorosa. O Presidente do Independente relatou os problemas que enfrenta quando seu médico não pode ir nas viagens. O Presidente do Águia de Marabá, defendeu que é preciso encontrar uma solução e sugeriu que o Presidente da FPF entrasse em contato com o Governador do Estado, para solicitar um médico do hospital regional para dar o suporte aos Clubes. O Presidente do Caeté destacou a diferença do Pará com outros Estados e da dificuldade de contar com profissionais nos interiores, porém, concordou com uma eventual parceria com o Governado do Estado. Afirmou, ainda, que a questão não é o Clube mandante, mas, sim o visitante que será penalizado como W.O., o que impõe que se encontre uma solução. O Presidente do Tapajós ponderou que não é justo se aplicar o W.O. e apoiou a ideia do Presidente do Águia de Marabá. O Presidente da FPF se comprometeu a se esforçar para viabilizar a solução sugerida e assegurou que colocará em votação a questão, mas, que iria requerer um parecer jurídico sobre o tema. O Presidente da FPF, em seguida, perguntou se era necessário colocar em votação. A maioria dos Clubes afirmaram que não. Em seguida, se passou para o debate do Capítulo 6 (Disposições Financeiras). O Presidente da FPF solicitou que os Clubes informem a carga de ingressos disponíveis. Os presentes concordam com o valor mínimo de vinte reais o ingresso, ficando em cinco reais o ingresso para fins do cálculo do sócio torcedor. O Presidente da FPF pondera que não se opõem, mas, ressalta que precisa aumentar a arrecadação em virtude da necessidade de se buscar a melhora financeira da FPF. O Diretor Jurídico expôs sobre a Lei Municipal que alterou o percentual da FPF. O Presidente do Independente questionou como é o funcionamento do seguro torcedor, se tem como comprovar as despesas. O Secretário Geral se comprometeu a enviar os comprovantes no final do mês, e esclareceu que é pago R\$0,21 (vinte e um centavos) por ingresso. O Presidente do Independente falou que foi abordado por um torcedor que perguntou se era pago e pediu o comprovante. O Secretário Geral assegurou que irá publicar no site da FPF os comprovantes. O Presidente do Remo questionou sobre o exame de controle de dopagem. O Diretor Jurídico sustentou que a cada dia é necessário se preservar a integridade do jogo e que, quando o jogo tiver um movimento estranho, as informações serão encaminhadas para os órgãos competentes, pois é um crime e está sendo observado pela polícia. O Presidente do Independente comentou sobre uma recente e perigosa experiência do seu time na Série D do Campeonato Brasileiro. Ficou decidido que, quando a FPF solicitar o exame, a mesma arcará com os custos. O Presidente do Remo sustentou que se a FPF vai pagar não precisa avisar o Clube. O Diretor de Competições defendeu que nem os delegados de jogo sejam avisados da realização dos exames custeados pela FPF. Em seguida, continuando as análises, o Presidente do Independente pediu orientação sobre o Artigo 48, em relação a valores devidos. O Presidente da FPF explanou sobre a questão e exemplificou com a hipótese de não



pagamento da arbitragem. O Presidente do Remo sustentou ser aceitável dar 24 horas de prazo para realizarem os pagamentos pendentes. O Presidente do Castanhal propôs o prazo de um dia útil após o jogo. O Presidente da FPF acatou o pleito. O Presidente do Caeté destacou os pontos que foram colocados e sustentou que não deixarão de pagar nenhuma despesa, mas, alertou sobre os casos em que o jogo não terá público suficiente, o que torna a proposta de pagar pós-jogo válida. Sustentou, ainda, que multa é injusta, porque, mesmo posteriormente, a despesa será paga. Questionou, ainda, se, caso um dos Clubes solicitasse o exame de controle de dopagem, precisaria informar a FPF. O Diretor Jurídico respondeu que, segundo o REC, o exame pode ser pago com a cota do patrocínio de cada Clube. O Presidente do Caeté, voltando a falar, pontuou que é preciso qualificar as pessoas da arbitragem que residem nas localidades dos jogos, para diminuir os custos. Passou-se para a análise do Capítulo 7 (Gestão do Evento). O Presidente da FPF pontuou que é entendimento da entidade que a inversão do mando de campo não será proibida, desde que atenda os critérios previstos na proposta original do REC. O Presidente do Clube do Remo se mostrou favorável que se permita a realização de jogos no estádio do Clube adversário. O presidente da FPF sustenta ser possível a utilização do estádio do visitante. O representante do Paysandu Sport Club deu o exemplo do Tapajós que tentou realizar os três primeiros jogos do Campeonato de 2022 no estádio da Curuzú, sendo importante determinar essa regra desde o início da competição. O Presidente do Tapajós sustentou que solicitou que seu mando fosse na Curuzú, que levantou todas as possibilidades, mas, que não foi ouvido, e propôs que fosse permitido usar o estádio do visitante, desde que o utilizasse em, pelos menos, três partidas na primeira fase. O Presidente do Águia de Marabá diz que tal proposta causa um desequilíbrio e que deveria ser seguido a regra do ano anterior e questionou se o Mangueirão não permaneceria como mando neutro. Em resposta, o Diretor Jurídico leu o Artigo 58 “*O Estádio Olímpico do Pará, Jornalista Edgar Augusto Proença (Mangueirão), por seu caráter público, é considerado neutro para fins de mando de campo*”. O Presidente do Clube do Remo ressaltou que era preciso ter clareza para designar o estádio. Presidente do Caeté sustenta que, pelo que entendeu, o que está sendo discutido é sobre onde um Clube pode indicar seu campo de mando, em especial no seu caso, pois até o momento não pode afirmar que jogará em sua sede. O Presidente do Itupiranga sustentou que na sua região, o Clube perde quando se desloca para fora, por causa do público pagante. Em seguida, afirmou que a maioria dos Clubes não possuem estádios próprios, que atualmente seis Clubes estão sem estádio, o que força a busca por alternativas para levar jogos para as cidades sedes. O Presidente da FPF sustentou que é preciso se ter uma análise mais profunda sobre esse ponto. O Presidente do Remo afirmou que se o Mangueirão estiver pronto em 45 dias, o mesmo poderá ser uma alternativa. O Presidente da FPF informou que irá enviar por Ofício os valores para utilização do Mangueirão. O Presidente do Castanhal ponderou que está sem estádio, pois o Maximino Porpino está em reforma e que busca alternativas. O Presidente do Remo ponderou sobre a possibilidade de um acordo com o estádio do Izabelense. O representante do São Francisco afirmou ter entrado em contato com o Sr. Milton Yamada que ficou de dar retorno sobre o uso do referido estádio. O Presidente FPF disse que a verba da meritocracia do campeonato poderia ser usada para ajudar na solução deste problema. O Diretor de Competições informou que os estádios estão sendo visitados pela Comissão da FPF e que ajustes serão propostos. O Presidente da FPF ressaltou a necessidade de os Clubes mandantes receberem bem os visitantes, primando pelo respeito e hospitalidade. Passou-se para a análise do Capítulo 9 (Arbitragem), O Presidente da FPF



informou que para a Fase Semifinal e Final, caso haja a implantação do VAR - *Vídeo Assistant Referees*, os Clubes mandantes deverão indicar estádios que atendam às exigências técnicas da empresa contratada pela FPF. O Presidente do Clube do Remo pontuou sobre o posicionamento das câmeras nos estádios. O Presidente da FPF destacou a parceria com a FUNTELPA nesse aspecto. Seguiu-se com o Capítulo 10 (Da participação e desistência). O presidente da FPF registrou que o troféu “Estrela do Norte” voltou a ficar em exposição na sede da Federação. Visando integrar a estratégia do Campeonato Inclusivo, os clubes passam a ter o dever de postar em suas redes sociais o número mínimo de oito postagens do programa. Os Clubes que ainda não possuem redes sociais deverão criá-las em até 30 dias antes do início da competição. O Presidente do Clube do Remo falou sobre as datas já oficiais dos eventos do ano que vem pela CBF, e que, deixar para iniciar depois das datas sugeridas, os Clubes que disputam competições nacionais podem ter problemas com datas e a questão pode fugir do controle. O Presidente FPF ressaltou que a 1ª fase do Campeonato tem que ter uma semana de distância e que o adiamento foi solicitada pela FUNTELPA. O Presidente da FPF destacou, ainda, que a relação entre ambos, mesmo pacífica não é fácil, pois, a sua função é defender os Clubes, inclusive no caso de conflitos de interesses com o Governo, o que não é fácil, que o uso da internet foi pensado para buscar recursos, sendo necessário saber quando pedir e também o momento de ceder e, por isso, é sua pretensão solicitar ao BANPARÁ os ajustes de valores de patrocínio. Sobre o contrato com a FUNTELPA, o Presidente da FPF pontuou que recuperamos muitas coisas, inclusive a taça, que já se encontra na FPF. O Presidente da FPF informou sobre o lançamento do Campeonato no Teatro da Paz, a pedido do Governador do Estado. O Presidente da FPF, ainda, enfatizou a fala do Presidente Clube do Remo sobre uma situação que tem repercussão jurídica, por isso será preciso verificar o vídeo da reunião do dia 08/11/2022, para ver se ficou definido as datas do início do campeonato e do RE x PA, pois não recordava. O Presidente da FPF informou que a CBF já enviou o calendário oficial para o ano de 2023, pelo que é certo de que ocorrendo mudanças haverá problemas, pois será necessário realizar jogos no feriado de carnaval. O Presidente do Águia de Marabá solicitou o posicionamento do Presidente do Caeté que, por sua vez, afirmou que somente os Presidentes dos Clubes sabem onde o “calo aperta”. O presidente da FPF sustentou que algumas coisas foram votadas, outras foi por consentimento unânime, pelo que precisa ser revisto o vídeo porque tem a impressão de que o assunto foi consolidado. O Presidente da FPF ainda ressaltou que nem sempre poderá atender a todas as solicitações, por mais que se esforce nas práticas democráticas. Sustentou, ainda, que, pelo fato da Tuna não está presente, se sentia desconfortável por voltar neste tema. O Presidente da FPF pediu desculpas ao Sr. Rodrigo Barata, Presidente do Caeté, se não foi bem interpretado, e afirmou que deixará em aberto o tema. O Presidente do Remo se posicionou dizendo que entende a fala do colega devido a primeira parcela da FUNTELPA que é liberada somente em fevereiro. O Presidente da FPF afirmou que ficará com esse dever de casa de solicitar o adiantamento da primeira parcela do referido patrocínio. O Presidente do Caeté afirmou que a preocupação quanto ao início do campeonato ser em janeiro devido aos custos, mas, o Presidente da FPF se comprometeu a resolver o problema junto a FUNTELPA e BANPARÁ. Pontuou, ainda, que na primeira reunião o Águia de Marabá também não estava presente, e não concorda com o posicionamento do Presidente da FPF sobre a ausência da Tuna, que aceita, mas não concorda. O Diretor Jurídico comunicou aos Clubes que participaram de forma online que fez um documento ao TJD solicitando urgência nas



respostas das consultas e pediu e que eles visualizassem e expressassem suas respectivas concordâncias, se fosse o caso para, assim, pudesse ser assinado por procuração, o que foi feito. O Presidente da FPF colocou com honestidade as preocupações da Federação em relação ao campeonato e ressaltou que sempre buscará resolver as questões de forma democrática. Por fim, o Presidente da FPF agradeceu a todos os presentes e aos que estiveram online e encerrou a reunião.

A presente ata é lavrada por mim, Silvia Watanabe *Silvia Watanabe*, Secretária do Conselho Técnico e pelo Presidente da Federação Paraense de Futebol, nos exatos termos do §4º do art. 70 do Estatuto da Federação Paraense de Futebol.

*Ricardo*

**RICARDO AUGUSTO LOBO GLUCK PAUL  
PRESIDENTE DA FPF**